

## Suportes de memória. Pesquisa-ação em museologia social: o contexto como regra metodológica

Julia Naidin<sup>1</sup>

Fernando Codeço<sup>2</sup>

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v14i27.64194>

**Resumo:** Apresentamos reflexões sobre uma atividade de museologia social concebida e realizada na praia de Atafona, no litoral norte do estado do Rio de Janeiro, pelo *Grupo Erosão*, com produção da *CasaDuna – centro de arte, pesquisa e memória de Atafona*. As reflexões se dão a partir de uma pesquisa no campo do patrimônio, tentando pensá-lo para além de sua materialidade, nas relações entre o território e as práticas culturais. Em uma perspectiva crítica às matrizes epistêmicas eurocentradas aplicadas ao campo da cultura, analisamos uma experiência de museologia social que ensaia e ensina novos modos de ação local e de pesquisa ambiental.

**Palavras-chave:** arte contextual; pesquisa-ação; museologia social.

### Suportes de memória. Investigación-acción en museología social: el contexto como regla metodológica

**Resumen:** Presentamos reflexiones sobre una actividad de museología social concebida y realizada en la playa de Atafona, en la costa norte del estado de Río de Janeiro, por el Grupo Erosão, con producción de CasaDuna – centro de arte, investigación y memoria de Atafona. Las reflexiones se basan en investigaciones en el campo del patrimonio, intentando pensarlo más allá de su materialidad, en las relaciones entre el territorio y las prácticas culturales. Desde una perspectiva crítica a las matrices epistémicas eurocéntricas aplicadas al campo de la cultura, analizamos una experiencia de museología social que ensaya y da lugar a nuevos modos de acción local y de investigación ambiental.

**Palabras clave:** arte contextual; investigación-acción; museología social.

### Memory supports. Action research in social museology: context as a methodological rule

**Abstract:** We present reflections on a social museology activity conceived and developed on Atafona beach, on the north coast of the state of Rio de Janeiro, by Grupo Erosão, with production by CasaDuna – Atafona's art, research and memory center. The reflections are based on research in the field of heritage, trying to think about it beyond its materiality, in the relationships between the territory and cultural practices. From a critical perspective to Euro-centric epistemic matrices applied to the field of culture, we analyze an experience of social museology that rehearses and gives rise to new modes of local action and environmental research.

**Keywords:** contextual art; action research; social museology.

<sup>1</sup>Julia Naidin, Pós-doutorado na Universidade Estadual do Norte Fluminense / UENF, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil. E-mail: [jnaidin@gmail.com](mailto:jnaidin@gmail.com) - <https://orcid.org/0000-0002-7729-0793>

<sup>2</sup>Fernando dos Santos Codeço, Pós-doutorado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro / UERJ, Brasil. E-mail: [fernandocodeco@gmail.com](mailto:fernandocodeco@gmail.com) - <https://orcid.org/0000-0002-0122-5557>

## **Suportes de memória. Pesquisa-ação em museologia social: o contexto como regra metodológica**

### **Apresentação**

Esta apresentação visa, em uma breve reflexão, a partir do debate contemporâneo em torno das noções de “patrimônio” e da “crise ambiental”, analisar a atividade do “Museu Ambulante”, um trabalho de museologia social realizado pelo coletivo “Grupo Erosão” centrado em práticas teatrais. O trabalho foi produzido pela residência artística que atua desde 2017 na cidade de São João da Barra “CasaDuna – centro de arte, pesquisa e memória de Atafona”. Partindo dos campos da arte contemporânea e da filosofia, fundamos, com diversas e variantes alianças locais, um projeto dedicado a uma pesquisa interdisciplinar, visando criar ações socioculturais levando em conta um contexto antropogeográfico específico local.

No ano de 2020, fomos surpreendidos pelo vírus da COVID-19 em uma pandemia global que, com as crescentes mortes e intensidades de contágio, determinou nossos cotidianos durante aproximadamente os dois anos

seguintes. Esse foi o contexto no qual surgiu nosso trabalho que aqui será apresentado. Tivemos que interromper as atividades com nosso grupo de teatro intermunicipal que se encontrava semanalmente, aos finais de semana, em imersões de pesquisa ambiental e de linguagem cênica no desenvolvimento de um espetáculo teatral de rua, o *Tempontal*. Nós, o Grupo Erosão, assim como grande parte da humanidade, vimo-nos atônitos, sem saber como dar continuidade às atividades e como nos manter enquanto grupo sem perspectiva de possibilidade de podermos voltar a produzir aglomerações, voltar a ensaiar etc.

Nossa pesquisa se apresenta a partir de um trabalho territorial na praia de Atafona, na cidade de São João da Barra, litoral norte do estado do Rio de Janeiro. Lá, temos uma comunidade de aproximadamente 7.000 moradores, dos quase 30.000 do município, que é um forte destino turístico durante o período das férias de verão. Nesta praia é onde temos o delta do rio

Paraíba do Sul, um dos mais importantes rios do país, que aqui desemboca depois de abastecer seus estados mais industriais Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, sendo responsável pela maior parte da água potável carioca e fluminense, função que o levou, nos últimos cinquenta anos, a ter mais de 70% de seu fluxo desviado para o rio Guandú. Segundo muitos estudos<sup>3</sup>, este foi um fator decisivo da dramática situação de erosão costeira que acomete a praia. Sabemos que a erosão é um fenômeno natural, comum em praias e planícies. No entanto, a temporalidade, o ritmo do avanço do mar têm sido alarmantes nas últimas décadas. Estima-se que mais de 15 quarteirões já estejam debaixo d'água, com centenas de construções destruídas, uma ilha próxima a praia, habitada por mais de 300 famílias, foi quase toda submersa e, com o enfraquecimento do rio que não chega mais ao mar pelo delta, foi acoplada ao continente. Todas essas mudanças têm impactos intensos na comunidade, nos

ecossistemas, nas visualidades e nos imaginários.

Apresentaremos um trabalho realizado por uma residência artística e projeto de pesquisa acadêmica: CasaDuna - centro de arte, pesquisa e memória de Atafona, vinculada a pesquisas de pós-doutorado da UENF, da UFRJ e da York University, entre 2021 e 2024, na praia de Atafona, em São João da Barra, realizada pelo Grupo Erosão. O grupo funciona como um eixo criativo do projeto da CasaDuna, e vinha realizando trabalhos de performance, videoarte e teatro de rua. O grupo foi fundado em 2017, dedicado a investigar as "teatralidades da erosão", relacionando temas socioambientais e cultura popular com arte contemporânea, dedicado a refletir sobre a reconstrução de pensamentos sociais sobre os impactos da sociedade no meio ambiente. Na época deste trabalho, o grupo era composto por Lucia Talabi, Rachel Rosa, Paulo Victor Santana, Jailza Mota, Raynan Aguiar, Julia Naidin, Rafael Sánchez como

<sup>3</sup>

[https://www.researchgate.net/profile/Alexandre-Carvalho-31/publication/349409881\\_Panorama\\_da\\_Ero](https://www.researchgate.net/profile/Alexandre-Carvalho-31/publication/349409881_Panorama_da_Ero)

sao\_Costeira\_no\_Brasil/links/63ecd8cd51d7af054028931f/Panorama-da-Erosao-Costeira-no-Brasil.pdf

cenógrafo e Fernando Codeço como diretor.

### **Caminhos nos percalços**

Com a chegada da COVID, um desafio foi colocado para o trabalho artístico, que tipo de "reinvenção", entre as tantas que nos estavam sendo exigidas, ao mesmo tempo pelo capitalismo e pela sobrevivência, seria possível a nós, enquanto grupo independente e sem nenhum tipo de financiamento? A CasaDuna, por outro lado, conseguia seguir com a atividade da pesquisa acadêmica que, com o apoio de bolsas de pesquisa pode se dedicar às atividades de trabalho que podiam ser feitas no espaço físico em Atafona, acessando e pesquisando sobre o material de arquivo que vinha sendo organizado nos últimos anos.

Nesse contexto de extrema restrição, entendemos que seria impossível mantermos o projeto que tínhamos em curso com o grupo de teatro. Decidimos voltar nossas energias ao trabalho com arquivo, pensando em diferentes formas de suporte e de apresentação. Desejávamos encontrar as pessoas que habitavam as áreas retratadas nas fotos, levadas pelo mar ao longo das

últimas décadas. Entendemos que a maior parte dessas pessoas não frequentavam museus, exposições em espaços tradicionais, sejam eles da prefeitura de São João da Barra ou espaços particulares, como já realizamos anteriormente. Só havíamos conseguido acessar, até então, um público específico, dentro de um recorte existencial, de um modo de vida inserido nas cidades, isto é, em uma educação formal com acesso a instituições e instrumentos culturais. Sentíamos falta de acessar outros grupos sociais que também são diretamente ligados a essa história visível nas imagens.

Iniciamos reuniões remotas, nas diversas limitações tecnológicas impostas, nas quais estudávamos sobre experiências de museus, teatro e história em diálogo com o material de arquivo bibliográfico, etnográfico, acadêmico e fotográfico. O projeto foi desenvolvido e contemplado pelo edital da Lei Aldir Blanc em 2021.

Neste contexto foi idealizado o Museu Ambulante, como um dispositivo de museologia social na praia de Atafona em uma proposta de apresentação de nosso acervo para a comunidade. Trabalhamos

primordialmente com fotografias, tematizando essa região específica. Na curadoria, selecionamos imagens das áreas que já não existem mais, de celebrações religiosas e culturais, de

1



3



Operamos o deslocamento do suporte da bicicleta *Devir-a-lata*, criada originalmente para o espetáculo de teatro de rua TEMPONTAL do Grupo Erosão, transformando-a em suporte manipulável para expor o trabalho de arquivo. Esse dispositivo se transformou em uma plataforma

ruínas que se tornaram emblemáticas pelas formas escultóricas que foram criadas pela ação do mar no processo erosivo.

2



4



performática de museologia social, criando jogos teatrais e exposições de arte que são montadas pelas ruas, nas praias e calçadas, ao ar livre. Essa transposição do cenário foi feita pois decidimos adaptar os 36 caixotes de madeira com velcros, colocados também nas imagens, permitindo-nos

com a estrutura do antigo cenário, a criação de módulos para suporte e montagem da exibição das fotos nos locais escolhidos. Tais locais foram definidos em função da própria

ocupação da região, onde habita a maior parte da comunidade da pesca, que vivia nas antigas ilhas e nas áreas que foram levadas pelo mar.

### Itinerários do Museu Ambulante - Abril 2021

#### Atafona



Entendemos que a vocação do Museu Ambulante era ouvir as narrativas de quem habitou os territórios já destruídos pela erosão, compartilhando os modos de vida indicados nas imagens, a saber, os ribeirinhos, pescadores, marisqueiras, comerciantes, antigos moradores das ilhas quando eram habitadas, que já foram submersas pelo mar. Decidimos que com nosso museu, iríamos aonde essas pessoas estavam para ouvir, mostrar, cantar e ser encantado, coletivamente, criando jogos com caixotes e imagens. Decidimos que as imagens seriam impressas em um

material rígido, uma vez que iríamos nos expor ao clima e outras intempéries possíveis, pois estaríamos fora dos lugares expositivos tradicionais, protegidos das variações e atravessamentos do cotidiano. No entanto, intuíamos a potência de causar uma intervenção no território e de ocuparmos diferentes tipos de lugares, criando alterações no espaço comum. Como diz Hommi Baba (1998, p. 20):

Esses "entre-lugares" fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação - singular ou coletiva - que dão início a novas signos de identidade e postos inovadores de colaboração

e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade.



A estrutura foi construída a partir de diversas partes de bicicleta, com cinco rodas e uma base na qual dispomos os caixotes, as imagens e outros objetos cênicos. Chegamos como um grande mamulengo pelas ruas, praças, praias, avenidas, padarias, escolas. Montamos móveis com as caixas e aplicamos as imagens.

A partir daí, já estamos nas ruas, abrindo caminhos, tempos e espaços para escuta, composição e recomposição das peças. Repensar forma, função e dinâmica de museu, virou um tema em si dentro do trabalho.



Com essa ação, percebemos que abríamos um campo para repensar e recriar as narrativas sobre esse fenômeno para além das exauridas ficções do apocalipse do cotidiano, cada dia mais banalizado. Mas também, valorizar os modos locais de significar o processo e não se apegar à destruição, mas pensar, ao invés, como a vida se produz, como as pessoas se adaptam e produzem significado na

relação com a dinâmica erosiva e com o avanço do mar.

A erosão é entendida como um fenômeno complexo, envolvendo agenciamentos humanos e não-humanos, uma dobra da natureza sobre a cultura. Neste sentido, buscamos pensar a noção de "erosão" como uma metáfora existencial, um campo de experimentação estética e um modo de crítica cultural em tempos de colapso ambiental.



A partir da percepção da importância da escuta neste trabalho, se coloca um grande desafio, - especialmente para um grupo de teatro, que era o nosso caso - construir a cena para que nosso público traga a narrativa e a partir disso, jogamos coletivamente com as imagens e as histórias. Um jogo que se constrói a cada apresentação, no encontro de cada pessoa com o material que se comunica com suas memórias, com seu cotidiano e imaginário da vida na praia que já se foi e sobre o que fica.

Outra ideia importante foi a de "arte contextual", tal como teorizada por Paul Ardenne, principalmente no livro "*Un art contextuel*"- *Création artistique en milieu urbain, en situation, d'intervention, de participation* (2017). Segundo o crítico, o papel do agente cultural pode ser o de estabelecer pontes de conexão com outros artistas e disciplinas, mas também o de criar ações que conectem os próprios indivíduos atuantes em um campo. Isto é, recriar as relações sociais. Contexto, aqui, "designa o conjunto de circunstâncias em situação de interação (o "contexto", etimologicamente, é oriundo da base latina *contextus* de *contextere*, tecer

com)" (Ardenne, 2017, p. 17). Ou seja, não visamos trabalhar no terreno do idealismo ou da representação individual, e sim na tentativa de infiltração no cotidiano, na ordem das coisas, situando a arte em relação com histórias particulares que se conectem com a vida concreta em um contexto geral.

Percebemos que o Museu oferece uma experiência singular que possui um caráter estético e uma reflexão ecológica crítica. Ele produz ao mesmo tempo uma vivência com a paisagem subjetiva e virtual do passado impressa nas fotografias, direcionando-se à memória afetiva dos indivíduos com seus territórios. Entra também em contato com a paisagem atual, aumentando a percepção dos problemas ambientais, a troca de experiências e as possíveis soluções (provisórias) coletivas para eles. Os procedimentos performáticos e pedagógicos desenvolvidos para essa ação foram constantemente atravessados por estas percepções, fazendo com que a dinâmica incorporasse esses diferentes regimes discursivos às próprias práticas. Entendemos que a criação de práticas comunitárias pode funcionar como

parte processual de um movimento do pensamento que influencia o modo como significamos os processos históricos e ambientais, bem como os laços de significado e de comunidade.

O trabalho do Museu Ambulante funciona como um dispositivo de museologia social que contesta os limites dos espaços institucionais de "preservação de memória", de produção cultural, de pedagogia museológica e de educação ambiental. Com este projeto pretendemos uma contribuição para o desenvolvimento das práticas culturais na região Norte Fluminense. Além disso, pudemos oferecer uma experiência inovadora de metodologia transdisciplinar integrando elementos do teatro, da museologia e da educação ambiental.

Como abordam Lipovetsky e Serroy, o sistema capitalista tende a destruir "as capacidades intelectuais e morais, afetivas e estéticas dos indivíduos" e não respeitar as tradições culturais e organizacionais, enfraquecendo "as formas harmoniosas da vida, o desvanecimento do encanto e da graça da vida em sociedade" (2015, p. 8). Distanciamo-nos, assim, de uma construção imaginária que determina

que o capital é o mobilizador da existência humana, acreditamos na força da dimensão criadora como abertura de possibilidades no campo educacional e das (re)existências coletivas.

### **Patrimônio em debate**

O debate sobre as noções de patrimônio vive, nas últimas décadas, um período de ampliação de suas demarcações e reelaboração das práticas que definem o que é e o que não é patrimônio. Nos últimos anos, nossas reflexões sobre um projeto cultural que põe em debate a questão ambiental em Atafona estiveram intimamente ligadas ao grupo de pesquisa Oficina de Estudos do Patrimônio Cultural - um grupo disposto a investigar e questionar os procedimentos que organizam as divisões das manifestações culturais para o patrimônio artístico e cultural. Um laboratório de pesquisa sobre patrimônio na Universidade em um programa com uma proposta interdisciplinar que entende e exerce o seu papel na luta por novas redistribuições das partilhas nas ocupações e produções de narrativa no espaço público, bem como a

importância da pesquisa de metodologia de arte contextual e geosituada agindo sobre essas partilhas e contribuindo no debate do patrimônio e das políticas públicas no campo da cultura. A proposta do grupo de pesquisa vem sendo trabalhar a noção de patrimônio como uma categoria de pensamento, no sentido em que ela possui uma história e diferentes usos, desde o século XVIII na Europa Ocidental e no Brasil, no último século. Mas, também, compreender que, independentemente desta nomenclatura, falamos de um modo de relação com objetos e com a criação e manutenção de práticas e rituais em relações complexas comunitárias e ambientais, estabelecendo elementos que costumam uma cultura em uma história. A proposta é refletir sobre esses objetos e rituais que mobilizam comunidades em torno de práticas que contribuem com a formação e transformação de uma identidade cultural comunitária; sobre os modos de relação entre as pessoas e os objetos e práticas que elas sustentam.

Neste sentido, trabalhamos com importantes textos sobre patrimônio na modernidade brasileira e referências

internacionais que alimentam o debate sobre a história do tema. Assim como os diferentes processos de musealização que os debates sobre o patrimônio alimentam. O que trabalhamos no curso foi o quanto que, na atualidade, tem se mostrado cada vez mais evidente o quanto a ideia e as práticas que envolvem as titulações do patrimônio constituem-se como campo de disputa política tanto intrarregional quanto nacional.

Um conjunto de diversos fatores fizeram de Atafona uma oportunidade exemplar para uma maior conscientização ambiental, uma vez que falamos de um dos casos mais significativo de erosão costeira nacional, deixando-nos diante da tarefa de compreender os graves problemas no atual modo de gestão hídrica do rio Paraíba do Sul, e de modo mais amplo, da crise ambiental planetária em curso em seus desequilíbrios geopolíticos marcados pela história colonial.

O caso que acontece na praia de Atafona espanta, entre tantas outras coisas, pelo silêncio em torno de uma situação de tamanha dramaticidade. É importante ampliar o debate sobre esse assunto para que essa informação circule, para que não nos esqueçamos

e para que pensemos sobre as origens e consequências de nossa história colonial, em sua dimensão humana que envolve *essencialmente* a dimensão ambiental no modo como significamos os processos de “desenvolvimento” econômico.

Apresentar uma crítica à ecologia contemporânea não deve significar uma renúncia às preocupações ecológicas que emergem na atualidade, mas sim uma outra forma de compreender este campo, ampliando suas articulações, tentando criar algum distanciamento de sua própria matriz epistêmica moderna/colonial, fundadora das práticas científicas de segregação e exploração - ambiental e humana (fundamentada pelo racismo científico), - que balizam as ciências da natureza e seus modos de pesquisa e de produção. Entendemos que a “crise ecológica” tem como condição de existência a constituição colonial do mundo em práticas exploratórias e destrutivas. Tais procedimentos partem de uma fissura ontológica que se estabelece entre os humanos e outras espécies, com a Terra, com outros humanos, em seu modo de habitar, em diferenciações excludentes

de modos de “fazer-mundo” (Ferdinand, 2022).

Fato é que, a decisão de levar um rio até sua destruição, desmantelando junto toda uma rede socioeconômica que vivia em torno dele, é uma escolha política. O Paraíba do Sul, que nasce em São Paulo, onde já tem um enorme desvio, até chegar em Atafona, sua foz, perde de seu fluxo a parte desviada para abastecer o Guandú e suprir a capital do estado. Os percentuais ficam a cargo das demandas industriais, deixando, assim, aquela comunidade que ainda vive prioritariamente da pesca, à míngua e com o ritmo da erosão cada vez mais intenso. Isso é resultado de um processo político violento que causa ciclos migratórios insustentáveis e traumáticos.

Segundo Michel Foucault, no curso *Em defesa da sociedade*, ministrado em 1976, vemos como do ponto de vista do Estado e de suas políticas, identificar um grupo equivale a exercer sobre ele uma série de funções enquanto agência orientadora dos dispositivos de poder sobre as vidas dos indivíduos. Neste caso podemos ver como a famosa leitura foucaultiana da inversão da máxima da

lógica da soberania que se caracterizada pelo “deixar viver e fazer morrer”, se transforma na máxima do “fazer viver e deixar morrer”, própria da governamentalidade moderna, se torna palpável.

O discurso biologizante das raças e de um ideal de pureza denota ao Estado a função de protetor “da integridade”, “da superioridade” e da “pureza da raça”. A soberania do Estado apoia-se em uma espécie de Foucault chama de “racismo de Estado”. Saúde pública, saneamento básico, redes de transporte, abastecimento, segurança pública etc. são exemplos do modo o Estado se organiza de modo a prover (ou restringir) as condições de manutenção da vida - e da morte.

Percebemos assim a necessidade de ampliar o conceito de biopoder pois ao matarmos rios, fragilizamos sequências de ecossistemas, incluindo o humano. Neste ponto, mobilizamos o conceito de Foucault de biopolítica, tendo como novo horizonte a ideia de uma ecolítica decolonial, tentando refletir sobre propostas e práticas políticas que compreendam as dimensões dos

vínculos ambientais, que são também fundamentais à própria existência humana - mas não só. Podemos entender a ecolítica como um desdobramento fértil – e talvez necessário – para a noção foucaultinana de biopolítica. Ecologia e ecolítica são noções que hoje, cada vez mais, se impactam devido ao crescente grau de interferência humana no planeta, conforme vemos nos atuais debates em torno das novas terminologias conceituais como “*Antropoceno*, *Capitaloceno*, *Plantationceno*, *Chthuluceno*” (Barad, 2016), entre outros.

O conceito de biopolítica, tal como trabalhado por Foucault, enquanto um modo de fazer uma política para gerir a vida, isto é, uma política exercida pelo Estado que visa assegurar a vida biológica do homem, tomando para si os cálculos, as ações, regulações e controles sobre as populações e sobre os indivíduos. Ele possui também, como desdobramento de sua dinâmica, além do poder sobre a vida, o poder sobre a produção da morte e da destruição - a necropolítica (Mbembe, 2018). Biopolítica, ecolítica e necropolítica confluem no

delta do rio Paraíba do Sul em uma realidade pauperizada e erosão brutal.

A pertinência do debate ambiental atualmente consta na agenda global, demandando uma ampliação da preocupação com nossos ecossistemas e compromissos não só humanitários, mas, igualmente, ambientais. Neste sentido, é fundamental distanciar-nos do erro de refletir e agir sobre a crise ecológica de modo distanciado da crise humanitária, que assola o país desde as invasões. Pelo contrário: entendemos que esta situação resulta de um modelo criminoso e irresponsável de exploração de nosso patrimônio natural, que o trata como "recurso", assim como o humano, para os supostos avanços desenvolvimentistas em nome da ordem e do progresso, desconsiderando seus impactos. A destruição de territórios, rios e ecossistemas vem sendo tratada como uma espécie de fatalidade social, como se fosse inevitável a transformação de rios em esgotos, terras férteis em mundos estéreis.

Consideramos, portanto, que o abandono e a destruição são socialmente distribuídos, e são parte de um projeto de mundo, de uma política

de exploração, extermínio e silenciamento, orientada por princípios de diferenciação racistas, classistas e coloniais. Existem cartografias da destruição e do abandono que sustentam o progresso e o investimento e que são a condição mesma da manutenção do *status quo* desenvolvimentista do ideário de modernidade/colonialidade, imposto em territórios chamados "periféricos", criando as chamadas "zonas de sacrifício" em pontos específicos da Terra.

Racismo ambiental é o termo utilizado para se referir a essa realidade e ao processo de discriminação que atinge populações vulnerabilizadas ou compostas de minorias étnicas com a degradação ambiental. O termo foi empregado pela primeira vez por Benjamim Franklin Chavis, nos Estados Unidos, químico e liderança do movimento negro no país, que cunhou o termo em 1981, a partir de investigações apontarem que depósitos de resíduos tóxicos se concentravam em áreas habitadas pela população negra norte-americana. Vale lembrar que, partindo do Brasil e pensando mundialmente, quando falamos em racismo ambiental, entendemos o país

como tendo um lugar e uma função de recurso natural global, e, ao mesmo tempo, produzindo também suas segregações internas, nas "franjas" das principais capitais.

Percebemos, no entanto, que esta região, apesar da enorme degradação sofrida pelo Paraíba do Sul, ainda guarda resquícios de uma experiência sensorial intensa e aprazível, bem como a possibilidade de um aprendizado com essa brutal perturbação da ordem do projeto de mundo humano civilizador, como mestre soberano e absoluto da natureza. Neste sentido, buscamos pensar a noção de "erosão" como uma metáfora existencial, um campo de experimentação estética e um modo de crítica cultural em tempos de colapso ambiental.

No campo do patrimônio, podemos pensar o conceito de destruição enquanto potência positiva, que também acarreta novas agências e possibilidades de recriação e adaptação às mudanças no território, junto com ele. Talvez esse gesto possa funcionar como estratégia para não saímos do campo de disputa que é o do patrimônio, uma vez que esta não pode se resumir, no Brasil, a reproduzir as

estruturas herdadas da matriz eurocentrada, herdeira de uma lógica colonial, que buscava justamente dizimar os modos de vida locais, desqualificando-os. Pesquisar sobre o tema do patrimônio em Atafona faz com que identifiquemos que muitas vezes, o elo ou o laço que mantém tensionada alguma (ainda que frágil) noção de comunidade pode passar pelas dinâmicas e agenciamentos comunitários, antes de os respectivos materiais ou espaços definidos, defendidos e protegidos como "comuns".

Pressupõe-se uma necessária associação entre memória e seus suportes materiais, os quais deveriam ser preservados para que aquela se conservasse. Alguns autores têm recentemente problematizado essa relação, mostrando que não necessariamente a preservação, mas muitas vezes a destruição de objetos e espaços materiais pode ser o elemento gerador de identidades e memórias (Gonçalves, 2015, p. 223).

A tensão entre manutenção e destruição no campo do patrimônio se dá atualmente em um terreno aberto e em efetiva disputa. Nos apropriarmos e, de alguma forma, positivarmos "desobediências epistêmicas", os termos de Mignolo, como estratégias

de resistência (frequentemente usadas nos saberes emancipatórios e estético-corpóreos das comunidades afro-diaspóricas e ameríndias em resposta à colonialidade do ser e do saber), nos faz colocar em xeque a lógica binária, sexista e racista que define o modo como as comunidades estruturaram seus modos de partilha e de atribuição de valor e poder.

### **O contexto como regra metodológica para um trabalho de ação cultural**

No que tange a decisão pela pesquisa metodológica, para este trabalho, o grupo optou por criar uma performance coletiva de convite, de fabulação, de chamado a tomar a palavra. A ação consiste em: o grupo definir um modo de manipulação do dispositivo, realizar estudos prévios das histórias das imagens, dos lugares, dos arquivos em jogo e convidar as pessoas ao exercício da memória e apresentando o dispositivo, as imagens e as escolhas da curadoria.

Pesquisa-ação, pesquisa-intervenção, pesquisa-criação, são algumas das terminologias que se referem a uma proposta de intervenção sobre as metodologias tradicionais de

pesquisa, especialmente quando trabalhamos com ciências "humanas", e lidamos com questões referentes à materialidade histórica da vida das pessoas, de territórios e de rios. O que essas metodologias têm em comum será aqui resumido em dois eixos principais; o primeiro é o fato do pesquisador se inserir como co-agente em jogo nas práticas, que serão mais ou menos felizes conforme as condições - externas - que a possibilitam ou inviabilizam, o que nos leva ao segundo eixo: o fato de possuírem uma metodologia de pesquisa flexível e que acolhe a escuta territorial para alterar os próprios procedimentos, ou seja, pesquisador e pesquisa *devem* assumir suas posições e permitirem-se alterações, muitas vezes radicais, durante o curso.

Por isso, propor um trabalho interdisciplinar e contextual no Brasil exige, entre outras coisas, que, enquanto pesquisadores, nos coloquemos face às disciplinas como Filosofia, Metodologia e Epistemologia, de modo atento e desconfiado. Isto é, que sejamos capazes de absorvê-las na medida em que elas nos são úteis e funcionais, de modo limitado e crítico, ao invés de aplicá-las como teorias

verdadeiras (universais) em um determinado sistema fechado. Ao invés, chegar a uma abordagem transdisciplinar, na qual as próprias disciplinas se infiltram, se alteram, se contagiam. Neste sentido, o procedimento que utilizamos em nossa metodologia de pesquisa não é o da práxis filosófica da pesquisa tradicional ou da epistemologia previamente mapeada como "válida". Trabalhamos a partir da micro-história e do procedimento genealógico, tal como apresentado na filosofia de Foucault, que busca compreender os processos históricos de formação de uma determinada situação de estudo; as relações políticas de poder que constituem os problemas atuais

A genealogia é um método de pesquisa que busca fazer uma história do presente em um procedimento de criar problematizações do que entendemos como dado. No caso, temos a produção artística como o modo de colocar as questões que nos mobilizam. A partir dos campos da arte e da filosofia, criamos um dispositivo em uma metodologia dedicada à produção de memória em ações de arte ambiental e intervenção contextual que pluralize as narrativas sobre este

fenômeno local. A metodologia da pesquisa-ação é a que melhor nos contempla para a realização de nossas atividades no território, de modo que torna possível uma adaptação da pesquisa aos impactos e percepções trazidas pela comunidade sobre as propostas apresentadas. Neste sentido, pudemos identificar que a criação do Museu Ambulante e a percepção da potência dele enquanto um instrumento para práticas de museologia social só foi possível a partir das possibilidades de tal adaptação metodológica.

### **ODS, educação patrimonial e a CasaDuna.**

No início dos anos 2000, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas/ONU, aprovou o documento "Declaração do Milênio das Nações Unidas", organizado em torno de oito objetivos (ODM) e 21 metas, com evidente ênfase na agenda social. O documento foi produzido por um grupo de especialistas e prescindiu de um amplo debate. No entanto, a partir dele, deu-se início a formulação da chamada "Agenda 2030" e dos Objetivos de Desenvolvimento

Sustável (ODS).

Os ODS começam a ser pensados em 2010, ganhando fôlego na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável [Rio + 20], onde se estabelece um Grupo de Trabalho para sua elaboração de forma colaborativa. Em 2014 o Grupo de Trabalho apresentou suas recomendações e em 2015, na Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, em Nova York, os 193 países membros das Nações Unidas, passam a adotar a Agenda 2030<sup>2</sup>. Diferentemente dos ODM, esta nova agenda contou com a participação ativa dos países membros da ONU, da sociedade civil e outros grupos interessados, tornando-a mais representativa para a realização de seu conteúdo. A agenda 2030 se apresenta com 17 ODS e 169 metas, pautando as principais mudanças ocorridas no planeta, a partir do ano 2000, assumindo a necessidade atualizar desafios passados de modo a poder enfrentar as novas complexidades. O documento reconhece que o maior desafio global é a erradicação da pobreza. Destacam-se ainda a desigualdade

de gênero e a superação da crise ambiental que promove a mudança global do clima como temas centrais.

A esses 17 ODS e suas 169 metas se vinculam 231 indicadores, visando um acompanhamento no avanço da sua implementação. Estes indicadores devem servir de orientação na implementação e monitoramento das políticas públicas, permitindo uma avaliação do progresso das políticas – no âmbito social, econômico e ambiental – que se deseja observar. Com relação aos ODS é necessário destacar a importância dos indicadores em todos os contextos e dimensões, com fins a uma real percepção de sua evolução e alcance.

Assim, coube aos países participantes a criação de novas práticas capazes de promover adaptações em seus mecanismos de funcionamento internos de modo que se alinhassem a tais agendas. Para tais mudanças, foram desenvolvidas uma série de medidas que pudessem promover uma capilaridade das propostas da Agenda, em diversas cidades do Brasil e do Mundo (São João da Barra foi uma delas). Neste sentido, é notável – e contestável – a

ausência do campo da cultura entre os ODS, entendida como instrumento de favorecimento dessa implementação. Uma das medidas para tal implementação se deu na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), que destinou um edital de Pós-doutorado para pesquisas relacionadas a Agenda 2030.

No ano de 2020, também em decorrência das transformações nas rotinas causadas pela pandemia, fui convidada, devido à minhas atividades no campo da cultura no município, a participar de um grupo de articulação local dedicado a implementação ODS, oferecido pelo PNUD-Brasil no município. Enquanto participava deste grupo de estudos e desenvolvia um trabalho local no campo da cultura trabalhando com educação ambiental em um contexto de crise climática, identifiquei o quanto os projetos artísticos e culturais tem um impacto pedagógico nas mentalidades, ajudando a formar percepções e elaborações sobre um tema em um âmbito comum. Identifiquei também

toda uma série de críticas focando justamente na ausência da cultura nos ODS. Em 2019, o *Culture Indicators*, é publicado pela UNESCO, com a intensão de “garantir que o poder transformador da cultura favoreça o desenvolvimento sustentável” (UNESCO, 2019, p. 7)

No ano de 2021, à luz da referida formação, dei início a uma pesquisa de Pós-doutorado<sup>4</sup> visando observar a ação da residência artística funcionando como modo de promoção e fortalecimento das ODS. Pude identificar que existe toda uma bibliografia sendo produzida, elaborada por organizações internacionais, locais, empresariais, autogeridas ou no âmbito da UNESCO, que buscam encontrar correspondência entre os ODS e as práticas culturais, ao mesmo tempo que fixar indicadores culturais para os ODS, no propósito de entender as atividades culturais contribuem para sua implementação. Os desdobramentos dessa pesquisa seguem reverberando em novos questionamentos no campo do patrimônio e das possibilidades pedagógicas que são suscitadas a

---

<sup>4</sup> Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais - Laboratório de Estudos do Espaço

Antrópico (LEEA), Oficina de Estudos do Patrimônio, UENF.

partir dele, ampliando-o para além da materialidade.

### **Posições inconclusivas e proposições temporárias**

No contexto local, que envolve a produção da destruição, como pensar contemporaneamente, e de modo crítico, as noções de patrimônio? Como podemos usar este conceito de modo que ele fortaleça comunidades, potencialize a luta por justiça ambiental e valorize as experiências das comunidades tradicionais em territórios precarizados devido a intervenções do poder público nos ecossistemas locais?

Evidentemente, as respostas para tais perguntas não são simples e de fácil resolução. Pelo contrário, elas se apresentam em cadeias de problemas que vão muito além dos desejos e possibilidades locais. Não podemos conceber uma medida que solucione de forma definitiva o amplo estrago já feito. Além disso, o próprio modelo de desenvolvimento deve entrar em cheque quando decidimos

pensar amplamente e de forma equilibrada sobre os impactos nas comunidades. Longe, portanto, de propor encerrar qualquer questão, podemos apontar uma direção de posicionamento do olhar para elas, de acordo com as palavras da filósofa Judith Butler (2018, p. 59):

a responsabilidade deve concentrar-se não apenas no valor desta ou daquela vida, ou na capacidade de sobrevivência de modo abstrato, mas sim na manutenção das condições sociais de vida, especialmente quando elas falham.

Com o trabalho do Museu Ambulante percebemos a importância de criar momentos coletivos e afetivos nos quais a comunidade consegue vivenciar as narrativas reverberando pelas próprias vozes, remontando as histórias, ressignificando palavras, e desdobrando camadas de memória, de modo que ela retorne para a vida, potencializando essa vida. Afirma-se, com isso, que a partir das experiências, existe algo que fica, para além das ruínas e das fábulas vividas e narradas.



## Referências

ARDENNE, Paul. *Um art contextual – creation artistique en milieu urbain en situation d'intervention de participation*. Paris: Flammarion, 2017.

BARAD, Karen. Performatividade pós-humanista: para entender como a matéria chega à matéria. *Vazantes*, v. 1, n. 1, 2017.

BHABHA Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra - Quando a Vida é Passível de Luto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FERDINAND, Malcom. *Uma Ecologia Decolonial - Pensar a partir do mundo caribenho*, São Paulo: Umbu editora, 2022.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 28, p. 211-228, 2015.

HARAWAY. Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. *ClimaCom – Vulnerabilidade*, Campinas, ano 3, n. 5, 2016. Disponível em:

<https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/antropoceno-capitaloceno-plantationoceno-chthuluceno-fazendo-parentes/>

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e o Brejo*. Rio de Janeiro: Lidoador, 1974.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. *A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MBEMBE, Achile. *Necropolítica*. São Paulo: N-1, 2018.

UNESCO. *Indicadores Cultura 2030*. Paris, 2020.